


INFORME JURÍDICO

ANO XXVI

INFORME DA ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES

07 / MARÇO / 2022

STF DECIDIRÁ SE FISCO PODE ENTREGAR DEVEDOR DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA AO MP

Quando o Fisco vê indícios de fraude ou dolo, além de aumentar a multa, comunica o Ministério Público

Por Beatriz Olivon — Brasília

[Leia Mais](#)

STF

O QUE O STF PODE JULGAR NO MÊS DE MARÇO?

Ao longo do mês, Corte deve apreciar temas eleitorais, voto de qualidade do Carf, Reintegra, Lei da Maria da Penha e mais
ABINOAN SANTIAGO

[Leia Mais](#)

CARF SUSPENDE SESSÕES DE JULGAMENTO DE TURMAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DA SEMANA DE 7 A 11 DE MARÇO

A Portaria CARF nº 1891/2022, de 03 de março de 2022, suspendeu as seguintes sessões de julgamento da semana de 7 a 11 de março:

[Leia Mais](#)

INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE CONSUMIDOR EM CADASTRO DE INADIMPLENTES PAULISTA

Plenário virtual do STF iniciou o julgamento em que se questiona a constitucionalidade da Lei paulista nº 15.659/2015, que dispõe sobre o sistema

paulista de inclusão e exclusão dos nomes de consumidores nos cadastros de proteção ao crédito. O tema é questionado nas ADI 5224/SP, ADI 5252/SP, ADI 5273/SP, ADI 5978/SP, Relator(a): ROSA WEBER.

[Leia Mais](#)

CONTRIBUINTE OBTÉM NO TRF DIREITO DE VOLTAR A PARCELAMENTO

Pessoa física foi excluída por deixar de pagar uma única parcela de transação tributária

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia Mais](#)

DISPUTA TRIBUTÁRIA

PRESIDENTE DO TJBA SUSPENDE MAIS DE 20 LIMINARES CONTRA COBRANÇA DO DIFAL DO ICMS

Desembargador considerou que queda na arrecadação provocaria dano às finanças e à saúde públicas do estado

ARTHUR GUIMARÃES

[Leia Mais](#)

JUSTIÇA QUER SABER SE DADOS DE CONSUMIDORES FORAM VAZADOS NO ATAQUE AO SITE DA AMERICANAS

Varejista diz que vai prestar esclarecimentos até amanhã

Por Gilmar Santos — São Paulo

[Leia Mais](#)

ATRASSO NA BAIXA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NO REGISTRO DE VEÍCULO NÃO GERA DANO MORAL PRESUMIDO

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, fixou a tese de que "o atraso, por parte de instituição financeira, na baixa de gravame de alienação fiduciária no registro de veículo não caracteriza, por si só, dano moral in re ipsa" (dano presumido).

[Leia Mais](#)

STJ CRIA COMISSÃO PARA PROPOR REGRAS SOBRE A ESCOLHA DE MEMBROS DO TRF6

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Portaria STJ/GP 56/2022, que institui comissão temporária destinada a apresentar sugestões relativas aos procedimentos que a corte deve seguir no processo de preenchimento das vagas de desembargador federal no Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6). A criação do novo tribunal, com sede em Belo Horizonte, foi aprovada pelo Senado em setembro – o projeto já havia passado pela Câmara – e sancionada em outubro do ano passado.

[Leia Mais](#)

RETENÇÃO NA FONTE

JUIZ ANULA MULTA A CONTRIBUINTE POR SUPOSTA FALTA DE RECOLHIMENTO DO IR

O juiz federal João Eduardo Consolim, da 5ª Vara Federal de Ribeirão Preto (SP), anulou um auto de infração emitido pela Fazenda Nacional contra um contribuinte que, supostamente, teria deixado de recolher o imposto de renda pessoa física, no exercício de 2002.

[Leia Mais](#)

SANDBOX REGULATÓRIO

CVM APROVA PRORROGAÇÃO DA DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA DA DELIBERAÇÃO 874

Solicitação foi feita por empresas participantes no Sandbox Regulatório

[Leia Mais](#)

CONGRESSO

SESSÃO DE VETOS DE MARÇO PODE ANALISAR CONCEITO DE 'PRAÇA' PARA IPI E REFIS DAS MPES

Conceito de praça para IPI traria segurança jurídica, defendem tributaristas
MARIANA BRANCO

[Leia Mais](#)

GUERRA FAZ SENADO PRIORIZAR ANÁLISE DE PROJETOS SOBRE COMBUSTÍVEIS

Para presidente do Senado, a alta do valor do barril do petróleo exige medidas que impeçam a escalada do preço no país

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

[Leia Mais](#)

PROPOSTA ANULA ORIENTAÇÃO DA RECEITA FEDERAL SOBRE TRIBUTAÇÃO DE CRIPTOATIVOS

Para autor da proposta, medida do governo é ilegal

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Kim Kataguiri: foi criada tributação sem previsão nas leis

[Leia Mais](#)

SANCIONADA LEI COM NOVAS REGRAS PARA COBERTURA DOS PLANOS DE SAÚDE

Nova lei viabiliza a inclusão do tratamento oral e domiciliar contra câncer no rol de procedimentos cobertos por planos de saúde

[Leia Mais](#)

legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".



Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição aqui.](#)